

DISCURSOS ACERCA DA PENITENCIÁRIA JUIZ PLÁCIDO DE SOUZA (CARUARU-PE): ANÁLISE DA IMPRENSA E DAS MEMÓRIAS DE SEUS ATORES SOCIAIS

DISCUSSIONS ABOUT THE PENITENTIARY JUIZ PLÁCIDO DE SOUZA (CARUARU-PE): ANALYSIS OF THE PRESS AND MEMORIES OF ITS SOCIAL ACTORS

Flavio de Sá Cavalcanti de Albuquerque Neto¹

Data de recebimento: 30/04/2018

Data de Aprovação: 25/07/2018

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a contraposição, no plano discursivo, acerca da qualidade e a natureza das ações de tratamento penitenciário encetados na Penitenciária Juiz Plácido de Souza (localizada no município pernambucano de Caruaru) entre a imprensa escrita da cidade e os relatos de memória de diversos atores sociais ligados ao cotidiano desta unidade. A partir dessa análise comparada, pudemos problematizar aspectos diversos do cotidiano desta instituição, como a sua administração e a execução de ações que atendiam aos objetivos de promover a ressocialização, garantir direitos básicos dos presos e manter a ordem interna.

¹ É doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2015). Professor do IFPE, campus Caruaru.

É um dos organizadores da coletânea "História das Prisões no Brasil" (Rio de Janeiro: Anfiteatro, 2017).

Tem experiência na área de História, com ênfase em História das Prisões, História Moderna e Contemporânea e História do Brasil Império e República, atuando principalmente nos seguintes temas: Política e Sociedade no Brasil Império; História das Prisões Brasileiras (Império e República)

PALAVRAS-CHAVE

Prisões; imprensa; memória.

ABSTRACT

This article has the objective of analyze the contraposition, discursively, around the quality and the nature of the treatment penitentiary actions initiated on the penitentiary Juiz Plácido de Souza (located in Caruaru, in Pernambuco state) between the municipal written press and various social actors memories related this prison. From this comparative analysis, we were able to problematize different aspects of the daily life of this institution, such as its administration and the execution of actions that met the objectives of promoting resocialization, guarantee basic rights of prisoners and maintain internal order.

KEYWORDS

Prisons; press; memory.

INTRODUÇÃO

Em julho de 1988, foi inaugurada, em Caruaru, maior cidade do agreste Pernambucano, a Penitenciária Juiz Plácido de Souza (PJPS), uma das 20 unidades que compõem o sistema prisional do Estado, que conta com um total de 31.919 presos para apenas 11.196 vagas, dados de 2015 do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas, do Conselho Nacional de Justiça. Vale ressaltar que, hoje, a Plácido de Souza é a penitenciária com a maior superlotação do estado de Pernambuco, com uma população mais de 5 vezes maior que a sua capacidade (mais de 2 mil homens para um pouco mais de 380 vagas).

A partir do final da década de 1990 e, mais amplamente, nos anos 2000, a Penitenciária Juiz Plácido de Souza recebeu certo destaque nas imprensas falada e escrita locais, e às vezes estaduais e até nacionais, devido à execução do Projeto de Ressocialização e Humanização do ambiente carcerário na unidade, criado no final dos anos noventa pelo então gestor Guilherme Azevedo (1996-2002), mas ampliado durante a gestão de Cirlene Rocha (2002-2013), que teve como mote a promoção da ressocialização e a garantia dos direitos humanos dos presos, através de diversas atividades como o acesso à educação, a prática de esportes, o trabalho produtivo, entre outras. Além disso, a interação dos reeducandos com suas famílias deveria ser estimulada tanto através das visitas rotineiras, quanto a partir de eventos, como a Semana do Preso, realizada anualmente nos meses de agosto. Por tudo isso, a PJPS, criou-se a ideia de que esta unidade se tornou “um ponto cego na cultura do controle do crime” (ALMEIDA, 2013). Cirlene Rocha deixou a PJPS em maio de 2013, quando assumiu a gestão Sérgio Siqueira que deu continuidade aos projetos e ações listados.-

As diversas atividades realizadas na PJPS em favor dos reeducandos foram frutos de parcerias com instituições públicas e privadas do município (faculdades, escolas, hospitais, laboratórios, empresas e indústrias, etc.), além de contar também com a colaboração tanto dos familiares dos reeducandos como da população vizinha à unidade, localizada no bairro do Vassoural e de outros setores da sociedade civil organizada, como religiosos de diversos cre-

dos. Isso ampliava a rede de colaboração e fazia com que tais ações não fossem algo apenas em nível institucional, mas envolvesse os mais variados setores da sociedade caruaruense.

Neste sentido, a proposta deste artigo é apresentar os resultados de pesquisas realizadas em duas etapas, no sentido de problematizar os discursos acerca destas ações desenvolvidas na PJPS. Num primeiro momento, foram realizadas pesquisa e análise de jornais que circularam na cidade de Caruaru no período de 1996 a 2014, a saber, os jornais Vanguarda e Extra, bem como de alguns periódicos de circulação estadual (Jornal do Comércio e Diário de Pernambuco). Além da análise de conteúdo, pudemos perceber distintos vieses políticos entre os periódicos elencados, o que será explorado mais à frente.

Numa segunda fase, procedemos à realização de entrevistas e análise das memórias de pessoas envolvidas com a direção e os trabalhos desenvolvidos na PJPS durante as três gestões supracitadas – os chamados “agentes da ordem prisional”. Além disso, fizemos uma análise comparativa entre as memórias dessas pessoas com o que foi noticiado na imprensa, afim de confirmar ou não as informações publicadas, tendo em vista que há interesses políticos distintos entre os jornais e isto reflete diretamente naquilo que é noticiado, tanto no que diz respeito ao conteúdo quanto à dizibilidade e à forma como o tema é tratado.

Diante o exposto, ressalte-se que o nosso enfoque observar a prisão a partir de uma dimensão humana, mas sem deixar de lado um panorama burocrático da instituição. Para isso, nos apropriamos do conceito de “instituições totais”, de Erving Goffman (2005), para quem elas são “locais de residência ou trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada. Assim, analisamos o dia-dia da unidade prisional: as rotinas de presos, guardas, administradores, etc.

Devido à infinidade de alternativas de pesquisa, a história das prisões deixou de ser apenas uma opção temática e passa a ser um campo de investigação. Assim, essa visão da penitenciária a partir do aspecto humano, nos possibilita estudá-la a partir dos retratos feitos pela imprensa, que é o que caracterizou nossa pesquisa em sua primeira etapa, proporcionando uma re-

novação temática e metodológica no campo da História das prisões no Brasil, cuja produção, cada vez mais, se distancia de análises institucionais e se volta para a dimensão social destas instituições. Isso também se reflete na opção de trabalhar a prisão através dos relatos de memória, opção quase sem uso na historiografia nacional sobre as prisões. Assim, essa nossa perspectiva humana da instituição é o que justifica historiograficamente nossa pesquisa, tendo em vista que ela se constitui uma abordagem pouco empregada pelos historiadores que se debruçam sob este campo.

A PJPS NA IMPRENSA

Segundo Tania de Luca (2011), desde a década de 1970, os jornais e as revistas ganharam status de fonte histórica importante, bem como a objeto de estudo. Antes disso, havia uma certa desconfiança com o uso de jornais pelo historiador, devido ao caráter efêmero da notícia e pelo texto jornalístico não ser neutro. Mas, com algumas renovações que estavam ocorrendo na ciência histórica neste período, a imprensa passa a despertar a curiosidade dos pesquisadores. Contudo, de acordo com a autora, deve-se ter cuidado com o uso destes documentos históricos, pois eles “não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita”. (2011, p.140)

Tania de Luca alerta que o pesquisador que opta por trabalhar com a imprensa, ou seja, com o que se tornou notícia, precisa dar conta das razões que levaram à decisão de transformar algo em notícia. A ligação do periódico a determinado setor da sociedade ou grupo político, neste caso, pode revelar muito sobre a intenção de publicar determinado texto. Para a autora, identificar o grupo responsável pelo jornal é fundamental para o trabalho com este tipo de fonte histórica. Sendo assim, ao optarmos pelas análises nos jornais, sabíamos que iríamos encontrar abordagens diferentes, opiniões diferentes, isso porque nenhum jornal é completamente imparcial, eles sempre são carregados de uma determinada posição política, retratando os interesses de cada grupo do qual fazem parte, conforme ideia de Tania de Luca, citada acima.

Como fora dito, numa primeira fase desta pesquisa, procedeu-se à análise de matérias publicadas em jornais. Desta feita, percebemos, primeiramente, que nos anos 1990, quando a instituição era gerida pela Polícia Militar, a maior parte das publicações sobre a PJPS retratavam os problemas cotidianamente enfrentados nesta instituição e eram geralmente muito críticas e pessimistas. Porém, na década seguinte, o tom de algumas matérias mudou. Devido ao alegado sucesso do Projeto de Ressocialização e Humanização do Ambiente Carcerário na PJPS, alguns periódicos passaram a dar ênfase a aspectos antes não noticiados do cotidiano da instituição.

Foi através das páginas dos periódicos pesquisados, em especial o *Jornal Vanguarda*, deu-se visibilidade à realização de uma série de ações na unidade, no sentido de promover uma melhora do dia a dia dos presos, tirá-los da completa ociosidade, além de manter a ordem e tranquilidade internas. Assim, no período pesquisado, na PJPS foram oferecidas atividades como a prática de esportes (vôlei, futebol, capoeira, entre outros), num espaço reformado para este fim; várias oficinas foram montadas para dar possibilidade de presos trabalharem, como fabricos de roupas em jeans (comercializadas na feira de Caruaru), artesanato, vassouras, chaveiros, um estúdio de tatuagem, salão de cabeleireiro, etc; acesso à educação, tendo em vista a existência, no interior da unidade, da Escola Gregório Bezerra, ligada à Secretaria Estadual de Educação, e que atende em média 500 presos; a interação com a família foi estimulada, em diversas ocasiões, como o Dia dos Pais, Dia das Mães, Semana do Preso; a participação de setores da sociedade civil, como empresas que ofertaram cursos de formação profissional, ações sociais promovidas por faculdades, bem como a presença de religiosos. Assim, forjando uma representação de uma unidade prisional modelo, na maioria de seus textos sobre a PJPS na década de 2000, o *Jornal Vanguarda* noticiou estes aspectos acima listados, e, em sua maioria, em tom laudatório às figuras dos então gestores.

Diferentemente do *Jornal Vanguarda*, o *Jornal Extra* não veiculou, na mesma proporção e com o mesmo tom de exaltação, aspectos tidos como positivos sobre a PJPS, nem fazia comentários elogiosos à unidade e/ou à gestão, limitando-se a textos de caráter meramente informativo, expondo, rapidamente, o fato ocorrido. A partir disso, percebemos que este, o *Jornal Extra*, tendeu

a reproduzir o senso comum em relação à prisão e aos prisioneiros, pois não publicizava as ações que vinham sendo desenvolvidas na unidade prisional.

A guisa de exemplo, num recorte temporal entre os anos de 2011 ao de 2013, o *Jornal Vanguarda* publicou cerca de 30 matérias sobre a Plácido de Souza, o que dá um número de quase uma matéria por mês, levando-se em conta que se trata de um periódico semanal, e não diário. Dessas matérias, cerca de dois terços foram elogiosas e apenas um terço fazem críticas, geralmente direcionadas ao problema da superlotação. Esta disparidade mostra o posicionamento do *Vanguarda* com relação à direção da unidade no período em tela, fazendo, não raras vezes, grandes elogios aos diretores e aos projetos desenvolvidos, sempre destacando a importância desses para a vida dos reeducandos no cárcere. Ressalte-se, também, que até mesmo os problemas de superlotação foram usados pelo jornal para exaltar a PJPS, mostrando que, mesmo com as dificuldades, a unidade consegue garantir a execução do projeto de ressocialização. Notamos ainda que alguns eventos noticiados pelo *Vanguarda* eram destaque todos os anos, como a promoção de atividades infantis durante férias escolares, para os filhos dos detentos; o início do ano letivo na escola da unidade; o recebimento de diplomas no final do ano; algumas datas comemorativas, etc.

Já a proporção da natureza das matérias sobre a unidade publicadas no *Jornal Extra* é inversa em relação ao outro periódico, ou seja, dois terços das notícias eram críticas ou sobre problemas enfrentados pela unidade, e um terço tinham caráter meramente informativo.

MEMÓRIAS DA PJPS

Atualmente a memória vem ganhando lugar de destaque na história, tudo isso devido à aceleração do tempo na contemporaneidade e ao medo da supressão das lembranças. Não existe um consenso sobre a relação existente entre memória e história. Halbwachs acredita que a diferença entre as duas está no fato da história prender-se a calendários e fatos, o que faz do seu tempo homogêneo, diferente do tempo da memória, dos múltiplos grupos que compõem o social. Enquanto Neves afirma que a história se constitui como forma

de preservação e retenção do tempo, salvando-o do esquecimento, portanto, história e memória seriam suportes das identidades individuais e coletivas. (Apud LOPES, 2012).

É nessa relação de transição entre memória e história que surge o testemunho, a oralidade, ou, a história oral. Porém, vale lembrar que essa metodologia só dispõe os trabalhos, estabelecendo e ordenando procedimentos não suprimindo todas as questões metodológicas envolvidas no trabalho, por isso utiliza-se da Teoria da História para resolver as questões pendentes. Em outras palavras, a história oral é capaz apenas de suscitar, jamais de solucionar, ela formula as perguntas, mas não oferece as respostas

Assim, num segundo momento da pesquisa, realizaram-se entrevistas com diversos atores partícipes do dia a dia da Penitenciária Juiz Plácido de Souza, no sentido de confirmar ou confrontar suas memórias com as notícias dos jornais acima analisados. Detivemo-nos, inicialmente, nos depoimentos de três ex-gestores da unidade, o primeiro, Guilherme de Azevedo, médico que ocupou o cargo entre os anos de 1996 e 2002; a segunda, Cirlene Rocha, ex-agente penitenciária, formada em Direto, que geriu a unidade de 2002 a 2013, e o terceiro, Sérgio Siqueira, também ex-agente da unidade, que ascendeu ao cargo máximo em maio de 2013, permanecendo até junho de 2016. Após estas entrevistas, coletamos os depoimentos de outras pessoas ligadas ao cotidiano da unidade: uma ex advogada da PJPS, hoje coordenadora de um projeto de extensão que beneficia os detentos; uma professora da Escola Estadual Gregório Bezerra, que funciona nas dependências da unidade e a diretora desta mesma escola; uma ex assistente social da unidade, que atuou entre os anos de 2006 a 2009; e, por fim, um agente penitenciário, lotado no setor de assistência social. Todos estes últimos depoentes solicitaram anonimato. Tendo isto em vista, separamos a nossa análise dos dados em duas categorias: categoria 1 (gestores) e categoria 2 (funcionários).

Categoria 1: Gestores

O entrevistado 1, Guilherme de Azevedo, chegou à PJPS a convite do bispo de Caruaru, Dom Antônio Costa, membro da Pastoral Carcerária Ecumênica, que o para atuar como médico da unidade. Segundo o depoente, desde a

sua chegada, conquistou a simpatia entre os detentos, pelo bom desempenho da sua função e por servir de porta-voz para os presos junto à gestão, chegando até a denunciar torturas que ocorriam na Plácido de Souza e em outras unidades do sistema penitenciário.

Em sua fala, ele alegou que a unidade, quando se sua chegada, encontrava-se bastante precária em termos materiais, não existindo preocupação com a higiene do local e dos presos, que conviviam com ratos; a comida era servida aos detentos em latas de leite; havia um alto índice de uso de drogas e de porte de armamentos; além das torturas e do desrespeito com os familiares dos detentos, havendo casos até de violação sexual. Assim, ele afirmou que os preso

[viviam] armados, cheios de droga, ambiente péssimo de questões sanitárias. A comida horrorosa, que faziam na cozinha de qualquer jeito e levavam num carro de mão cheio de lata de leite, lata de doce. Chegavam na cela e entregavam a ração como se fosse cachorro. (Informação verbal)

Diante este contexto, o entrevistado afirma ter sido convidado pelo então governador de Pernambuco Miguel Arraes para assumir a direção da unidade junto com a Pastoral Carcerária em 1996. Mesmo sem a preparação ideal, por ser formado em medicina, e enfrentando certa resistência da Polícia Militar do estado, que até aquele ano esteve responsável pela administração da PJP, o entrevistado assumiu o cargo.

Azevedo afirmou que sempre procurou melhorar a estrutura deixada pelos antigos diretores, tentando garantir tudo aquilo que estava previsto na Lei de Execução Penal (Lei 7210, de 11 de julho de 1984), afim de, nas próprias palavras do entrevistado, dar “ condições de humanidade aos presos”. Partindo desse pressuposto, ele começou a desenvolver ações tidas como inovadoras no sistema e, muitas vezes, criticadas, entre as quais citou: a implantação de um escola de ensino básico e cursos profissionalizantes; capacitação da equipe de agentes penitenciários; campanha de desarmamento com garantia de anonimato; treinamento da equipe de cozinha; obtenção de equipamentos para o refeitório (como bandejas, pratos e talheres); criação de fábricas em parcerias com o comércio local; criação do mutirão jurídico em par-

ceria com uma faculdade privada, para regularizar toda a documentação dos presos, que estavam guardadas sem organização; implantação do casamento coletivo, com o benefício de uma noite conjugal, entre outras. Neste sentido, Azevedo defendia que suas ações não deveriam ser heroificadas, apregoando que “de repente a gente tava fazendo o óbvio do óbvio na unidade, tava dando as condições mínimas para um ser humano se humanizar. E todo mundo ohhhhhh”. (informação verbal). Apontou, ainda, que a maior dificuldade para o desenvolvimento dessas atividades e, conseqüentemente, para o Projeto de Ressocialização foi convencer a sociedade de que tudo isso era viável, pois a sociedade, segundo ele, ainda nutre certo rancor contra os criminosos e não acredita na sua recuperação, negando-se, inclusive, a ser partícipe no processo de recuperação destes sujeitos.

Vale ressaltar, ainda, que o entrevistado alega ter grande preocupação com o bem estar emocional. Ele afirmou que sempre se manteve atento a questões como a afetividade dos presos e as relações de solidariedade que eles desenvolviam uns com os outros. Um exemplo dado foi um caso ocorrido com um preso conhecido como João Boy, que estava deprimido e foi pego chorando, deitado no colo de um companheiro de cela sendo, por isso, alvo de piadas de cunho homofóbico por parte dos demais presos, tendo o entrevistado contornado a situação, evitando maiores constrangimentos para o apenado.

Com relação à sua saída da administração da PJPS, Azevedo relata que, no início da gestão do ex-governador de Pernambuco Jarbas Vasconcelos, ele foi instado a escolher entre ser diretor da Superintendência do Sistema Penitenciário ou sair do sistema prisional. Porém, ao decorrer da entrevista, ele afirma que a sua saída da unidade se deu por questões políticas, que dificultam a realização de um bom trabalho nas prisões. Assim, ele afirmou que

tem certas instituições no Brasil que ta (sic) pré-determinado para dar errado, sistema penitenciário não pode dar certo, na hora que da certo ele é regovernado. (informação verbal)

Já a segunda entrevistada, Cirlene Rocha, assumiu a gestão da unidade, por indicação do seu antecessor, em julho de 2002, tendo em vista que ela

já trabalhava na PJPS como Agente de Segurança Penitenciária, e, segundo ela, mantinha uma boa relação com os detentos. Era a responsável pela setor de laborterapia e, por isso, estava diretamente envolvida nas ações do Projeto de Ressocialização. Ao assumir o cargo de direção, deu continuidade ao trabalho desenvolvido por Azevedo, ampliando a participação de instituições externas e da família dos condenados no cotidiano da PJPS.

Rocha afirma ter assumido a unidade já com uma certa melhoria material, sem os problemas de tortura, violência e falta de higiene, porém a superlotação começava a se acentuar, com 373 presos para 90 vagas, e os investimentos do estado eram escassos. Porém, mesmo com essas dificuldades, a entrevistada deu afirmou ter optado por dar continuidade às ações desenvolvidas na gestão anterior, contudo com um foco distinto, tendo em vista que a ela tinha a intenção de promover “ações redutoras de conflitos naquele ambiente”, ou seja, ocupar os presos para manter a ordem interna da unidade.

Seus relatos levam a crer que sua relação com os reeducandos era boa, apesar de sua postura tida como rígida e autoritária, o que pode ser notado pela forma que ela fala sobre os presos nas suas lembranças: que tratava todos de forma igual e não abria exceções para determinado preso por causa do seu comportamento.

No que diz respeito à sua saída da unidade, a entrevistada afirmou que pediu à Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos sua exoneração, pois ocupou o cargo por mais de 12 anos. Ela relatou, ainda, que este foi um processo rápido, que durou menos de uma semana, e que quase nenhum preso sabia da sua saída, para, segundo ela, não gerar nenhuma situação de instabilidade.

Foi durante seu período da condução da PJPS que o Jornal Vanguarda mais publicou notícias sobre esta instituição, num total de 150, entre os anos de 2002 e 2013, sendo mais de dois terço delas elogiosas ao seu trabalho, e destacando sua atuação como única mulher a gerir um presídio masculino no país. Assim, pelas páginas deste periódico, Rocha foi retratada como gestora eficiente e figura humanitária de destaque.

Já o terceiro entrevistado, Sérgio Siqueira, ingressou na unidade em 2002 através de um concurso para agente penitenciário. Inicialmente, traba-

lhou como plantonista, depois tornou-se chefe de plantão, sendo, um tempo depois, convidado para fazer parte do Núcleo de Inteligência da PJPS, onde permaneceu até o ano de 2013, quando fora convidado para assumir a vaga da de Cirlene Rocha na direção da unidade.

Quando assumiu o cargo, segundo ele, o clima estava tenso, havia ocorrido problemas relacionados a uma série de homicídios e tráfico drogas no fim da gestão da anterior. Ele destacou, também, a má higiene do local, afirmando que a penitenciária estava muito suja. Com todos esses problemas, os presos estavam receosos e desconfiados com a sua chegada, pois temiam que fosse um “gestor linha dura” e que iria realizar grandes mudanças na unidade.

Porém, de acordo com seu depoimento, ele agiu de forma contrária a essas expectativas: ao invés de assumir um enfrentamento direto com os presos, buscou melhorar o bem-estar deles e de seus familiares. Assim, ordenou a pintura das paredes e a colocação de cerâmica na unidade, melhorou a higienização e o atendimento médico e investiu na ampliação ao acesso à educação através da escola Gregório Bezerra. Ainda de acordo com o entrevistado, as melhorias na unidade surtiram efeitos imediatos, como por exemplo a erradicação do crack e a redução do número de homicídios na unidade.

Siqueira ressalta, ainda, que tais efeitos também foram frutos de esforços dos próprios detentos, que ajudaram a direção a combater as drogas e as armas brancas. Segundo o depoente, eles vivenciaram tantos problemas e dificuldades em um período curto de tempo, que passaram a auxiliar as ações, repassando informações à direção.

Assim, outro diferencial da penitenciária passa a ser, para ele, a forma pela qual o reeducando é tratado, que por ser uma unidade aberta (os detentos passam o dia fora de suas celas, podendo transitar pelos pavilhões até o final da tarde.) o contato com eles é direto. Ainda acrescenta que os projetos de educação, qualificação, o trabalho e as atividades físicas também são um diferencial da PJPS.

Olha, Caruaru tem um diferencial pela forma com que conduzimos o tratamento com os presos, nós aqui, como eu disse a você, como é uma penitenciaria aberta o nosso contato é direto com o preso, a penitenciaria fechada o preso não tem

acesso aos setores, se você observar esses presos chegam aqui na minha sala a qualquer momento, nos temos esses projetos de educação, qualificação e trabalho, nós temos escola, temos atividades físicas, e eu lhe diria que grande parte dessa tranquilidade que você percebe aqui é também pelo preso está solto porque você já imaginou a quantidade de presos dessa trancafiados dentro de uma cela o dia todo, ele vai ficar revoltado ali, né? Então eles fazem artesanato, estudam, percorrem, enfim, não fica trancafiado o dia inteiro, isso daí ajuda muito a melhorar o clima aqui sabe, eu acredito que isso faz parte com que conseguimos minimizar esses problemas. (informação verbal).

Diante o exposto, observamos que um ponto em comum aos três entrevistados é que todos dão grande importância ao papel da sociedade externa na promoção das ações do Projeto de Ressocialização, como podemos ver nessa fala da entrevistada 2:

sempre eles viram a gente com muito respeito, e muita consideração, os projetos eles apoiavam, então isso daí é importante, porque? Porque eles tão vendo, tão olhando o que acontece (...) a gente não faz nada sozinho, nada sozinho, eu via como o que? Como auxiliar da administração. (informação verbal).

Outro ponto comum entre é a relevância que todos deram, em suas falas, às suas ações enquanto gestores para a melhoria da vida no cárcere. Contudo, os entrevistados divergem quanto ao destaque que a unidade recebeu da imprensa local durante essas duas últimas décadas: enquanto Guilherme Azevedo relata que o destaque aconteceu não devido à vontade dos jornais locais, mas sim por causa de indivíduos que não queriam “publicar tanta desgraça”, afirmando que a mídia foi uma grande aliada; Rocha afirma não saber o porque do destaque da unidade, não explicando detalhadamente o assunto. Já Siqueira diz ter uma relação boa com os veículos de informação locais, porém que não se preocupa “em aparecer, mas sim em fazer”, enquanto que, segundo ele, existem gestores que se preocupam mais em sua

visibilidade na mídia, referindo-se à sua antecessora.

Categoria 2: Funcionários

A entrevistada 4 chegou no sistema prisional no ano de 1997 a partir de uma seleção pública para advogado do sistema penitenciário do estado de Pernambuco. Iniciou sua atuação no Presídio de Segurança Máxima de Pesqueira (Presídio Desembargador Augusto Duque) e em meados dos anos 2000 foi convidada por Guilherme de Azevedo para atuar na Penitenciária Juiz Plácido de Souza.

No que diz respeito à relação dos presos com a gestão, à época de sua chegada à unidade, a advogada afirma que presos e gestão relacionavam-se bem, tendo em vista que o Projeto de Ressocialização já tinha sido implementado e conseguindo alguns resultados, no que diz respeito à ordem interna e ao fim da ociosidade. No que tange à gestão seguinte (Rocha), ela afirma que seu relacionamento relação com a ex-diretora não era muito amistosa, devido à postura autoritária daquela, mas, no entanto, pontuou que a direção continuava com uma bom relacionamento com os reeducandos.

Logo depois que tornou-se advogada da unidade, foi convidada por uma faculdade privada de Caruaru para coordenar o setor de Prática Profissional. Como coordenadora, ela percebeu que existia uma grande demanda de alunos para desenvolver as habilidades práticas das atividades de um bacharel em Direito, mas a oferta de estágios não era suficiente para atender todas as necessidades dos estudantes. Ela teve, então, a ideia de propor um projeto de extensão universitária, através do qual estudantes ficariam responsável por auxiliar presos na análise e tramitação de seus processos. Foi dessa ideia que surgiu, no ano 2000, o Projeto de Adoção Jurídica de Presos, que beneficia, até os dias de hoje, não só a Plácido de Souza, mas várias outras unidades prisionais do Estado.

Mesmo com a resistência de juízes, que não aceitavam que estudantes de Direito participassem desse tipo de atividade, bem como dos agentes penitenciários, que humilhavam e barravam as entradas dos alunos, a adoção jurídica foi importante pois, segundo a depoente, fez com que a comunidade

prisional fosse vista com outros olhos pela sociedade civil e pelas instituições educacionais da região. A entrevistada destacou, também, que após o seu projeto, várias outras instituições adentraram no cotidiano da unidade, como por exemplo o engajamento por parte de alunos dos cursos de odontologia e psicologia da rede privada de ensino superior.

A partir da ação, ela percebeu que muitas pessoas encarceradas não deveriam estar, ainda, na unidade, citando exemplos de são indivíduos que foram presos no lugar de outro familiar, pessoas que cometeram crimes que poderiam ser julgados no regime aberto e até mesmo homens que já cumpriram a sua pena, mas que ainda não foram libertados devido à morosidade do Judiciário. Além disso, segundo ela, a seletividade do Direito Penal agrava esta situação, pois “a lei penal foi construída para os pobres, o setor de justiça é criado para aprisionar e pra vigiar essas populações. (informação verbal)” Ou seja, aqui ela se refere ao estado policial que persegue e encarcera a população mais pobre do país, apenas pelo fato de serem pobres, alvo vulnerável de um controle social classista. (ALBUQUERQUE; NASCIMENTO, 2015).

Muitas das tensões dentro da unidade não são, apenas, fruto de rixas entre presos e gangues, mas ocorrem pelo fato dos seus direitos básicos, previstos na Lei de Execução Penal (LEP), não serem garantidos, como por exemplo: falta de água, de assistência médica ou jurídica. Referindo-se a um levante de presos ocorrido na Plácido de Souza, ela afirmou que

o motivo do motim foi que não tinha água pro povo beber, pro povo tomar banho, lá não tinha, a gente fica revoltado dentro de casa sem água pra tomar banho imagina (...) Problema de acesso ao que a Lei de Execução Penal diz que você deve ter, não é privilégio não, é direito, assistente de saúde, assistente jurídica, psicóloga, assistente social, atendimento humano, (...) então, as tensões são geradas justamente pela ausência daqueles direitos que são deles. (informação verbal).

O depoimento da advogada revelou ainda, como será visto mais a frente, situações que conflitam diretamente com a representação de unidade modelo feita pelo jornal Vanguarda e até mesmo pelos ex diretores entrevistados.

Já a entrevistada 5 trabalhou na Plácido de Souza como professora da escola no tempo que ela era apenas um anexo da escola Nicanor Souto Maior, mas depois foi convidada pela Secretaria de Educação de Pernambuco para ser a diretora da escola, agora independente, que recebeu o nome de Escola Gregório Bezerra, escolhido pelos próprios reeducandos, em votação.²

Na entrevista ela afirma que a escola tornou-se autônoma seguindo os princípios da Lei de Execução Penal, que tornou obrigatória a implantação de um escola dentro de cada unidade prisional. Devido à faixa etária da população carcerária, a modalidade de ensino adotada é o EJA (Educação de Jovens e Adultos), através da qual os presos têm acesso tanto ao ensino fundamental, quanto ao ensino médio.

A escola atendia 440 alunos, quando da realização da entrevista, em meados de 2015. Segundo ela, se não fosse a falta de espaço físico, como salas, cozinha, refeitório, a oferta seria bem maior, visto que os reeducandos solicitam, constantemente, mais vagas. Porém, a entrevistada acredita que essa grande procura se dá devido à possibilidade de remissão da pena, pois a cada 12 horas de estudo o detento ganha um dia a menos na sua condenação.

A diretora ressalta um receio inicial dos docentes, tendo em vista a especificidade do público alvo.

Quem chega com aquele receio, aprende logo que tá numa escola normal, porque eles se comportam igual a aluno da rua, conversam, perguntam, não querem estudar, tem de tudo na sala, tem os interessados, tem os que devoram livros que é remidos (sic) pra ele pra ler, normal... Até a bronca, tem que dar bronca da mesma forma que você dá na rua, porque se você não pedir silêncio, você não consegue dar uma aula, do mesmo jeito da rua. (informação verbal)

Assim, ela defende que relação aluno-professor é muito boa, pois

² Na década de 2000, a Escola Estadual Nicanor de Souto Maior cedeu alguns docentes para atuarem na PJPS, que constituiu-se, desta forma, num anexo desta escola. A ex diretora Cirlene Rocha, com apoio da Gerência Regional de Educação de Caruaru, conseguiu com que o anexo ganhasse autonomia e se transformasse na Escola Gregório Bezerra. Não tivemos acesso a documentos sobre esta transição, mas hoje a EGB é listada entre as escolas estaduais do município de Caruaru no pela Secretaria Estadual de Educação.

os estudantes respeitam os docentes. Ainda segundo ela, entre os êxitos da Escola ela destaca uma turma de concluintes do Ensino Médio, bem como a presença de alguns indivíduos que realizaram a prova do “Enem Prisional” no ano de 2014.

Para finalizar, a entrevistada afirmou que não acredita que não exista outra forma de ressocializar o detento que não seja através da educação, afirmando que durante as atividades escolares eles relatam que estão “se sentindo gente”, coisa que “em toda sua vida eles não tinham experimentado, nunca tinham sido tratados daquele jeito” (informação verbal).

A entrevistada 6 já havia ocupado o cargo de professora da PJPJ quando a escola da unidade constituía-se um anexo da Escola Nicanor Souto Maior. Quando a prisão ganha uma escola própria, ela foi convidada pela Gerencia Regional de Educação para exercer mais uma vez o magistério na unidade.

Segundo seu depoimento, na época do funcionamento do anexo, as salas de aula eram reduzidas e a tramitação de documentos entre a PJPJ e o Nicanor de Souto Maior era intermediada por uma funcionária da penitenciária, o que dificultava um pouco o trabalho. Afirmou, no entanto, que a gestora da unidade fazia o possível para melhorar a estrutura do anexo e a Gerencia Regional de Educação também dava suporte, enviando pedagogas responsáveis pela EJA.

Depois da autonomia da Escola Estadual Gregório Bezerra, as condições melhoraram, principalmente no que diz respeito à estrutura física e ao corpo de funcionários.. Porém, segundo a mesma linha da diretora da escola, ela afirmou que “os números ainda não são suficientes para atender toda a demanda.”

A docente destacou, por inúmeras vezes, em sua fala a especificidade do público atendido. Por serem alunos mais velhos, “eles precisam de uma metodologia diferente”. Assim, segundo ela, é um público que

chega na escola esperando algo muito maior do que ele não encontrou lá fora e ele espera isso do professor, da professora, da gestora, de todos que estão envolvidos, ele espera muita coisa, muito mais do que eles tinham a expectativa lá fora, eles esperam e é nessa espera que a gente tem trabalhado,

numa questão dialógica. (informação verbal)

Ela também defendeu, assim como a diretora da escola, que a maioria dos reeducandos procuram as vagas devido à remissão. Porém, os professores buscam passar para esse alunos, através do acolhimento, do dialogo e do debate que a remissão é importante mas que o aprendizado deve ser o maior objetivo deles: “a principio, quando eles já vem à procura da vaga, é porque primordialmente é a remissão, a gente não pode negar isso porque é um fato”. (informação verbal)

A entrevistada 7 trabalhou de 2006 a 2009 como assistente social na Plácido de Souza, ingressando através de seleção simplificada. Seu depoimento foi bastante importante para esta pesquisa pois nos ajudou a repensar as representações que o Jornal Vanguarda fazia sobre esta unidade. Como foi dito, este periódico retratava a PJPS e a então diretora Rocha de forma “heroica”, mas algumas entrevistas desconstruíram essa imagem, e o depoimento da assistente social foi bastante contundente, ao denunciar diversas ocasiões de abusos de poder, maus tratos a presos, privilégios a outros, violação de direitos humanos, entre outras coisas.

Com relação a esses privilégios, ela mencionou exemplos como “ter visita a qualquer hora, era entrar com algumas coisas lá dentro, assistir as Olimpíadas dentro da sala da direção (...) fazer ligações na hora que queria.” (informação verbal). Melhorias materiais, que os jornais locais alegam ter havido na unidade, a entrevistada nega veementemente, dizendo que a PJPS é um presídio como os demais do sistema penitenciário do estado.

Já a oitava entrevista foi concedida por um agente penitenciário que trabalha na unidade desde ano de 2012, no setor social (atendimento ao detento). Ele admite que a Plácido de Souza é atípica pela sua extrema superlotação. Seu depoimento nos confirmou diversas impressões que obtivemos ao longo da coleta dos outros depoimentos, como a quantidade reduzida de presos que exercem alguma atividade laboral, as péssimas condições materiais da unidade, os problemas de gestão de Cirlene Rocha, a truculências de alguns agentes, bem como a existência de muitas pessoas que não deveriam estar presas, seja pelo tempo da pena, seja pelo tipo de delito cometido, entre outros aspectos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas páginas anteriores, discutimos, a partir de fontes impressas e imateriais (relatos de memória) aspectos ligados ao cotidiano da Penitenciária Juiz Plácido de Souza, que foram a razão da produção de diferentes discursos acerca desta unidade prisional. O mote dessa produção discursiva foram as ações do Projeto de Ressocialização e Humanização do Ambiente Carcerário, em especial durante a década de 2000.

No que tange à imprensa, percebemos distintas abordagens nos jornais pesquisados, tendo em vista ser o Extra mais conservador e o Vanguarda ligado a um grupo político de orientação progressista. Mas foram as entrevistas que nos deram informações ainda mais ricas que as encontradas nos jornais. O jornal tem um motivo pelo qual transforma um fato em notícia (DE LUCA, 2011), mas a memória é seletiva e a rememoração é perpassada por valores, sentimentos e pelas mais diversas influências da cultura sobre o indivíduo (LOPES, 2012).

Com relação aos gestores entrevistados, notamos que, mesmo com algumas opiniões divergentes, modelos de gestão diferentes, todos eles apresentam a mesma visão sobre o sistema penitenciário: que, dado sua atual situação, ele não pode dar resultados positivos, e que configura-se apenas um lugar em que o Estado deposita criminosos. Isso fica evidente nos trechos abaixo, retirados das falas de Rocha e Azevedo, respectivamente:

(...)porque o sistema não foi feito pra ser bom, pra fazer o bem, o sistema foi feito pra matar pra destruir aquelas pessoas, por que o estado não tem onde colocar aquelas pessoas, o estado não tem casa pra todo mundo, o estado não oferece emprego pra todo mundo, o estado não oferece capacitação pra todo mundo, educação, não oferece nada. (informação verbal)

Você vê um preso que tá lá e sai e se reintegra e está bem de vida, isso é uma afronta moral a todo sistema que tá, o que vão fazer pra ele dar errado não é brincadeira. Então a questão antes de ser social é política. (informação verbal)

Porém, mesmo com as dificuldades do sistema, os gestores afirmam acreditar na ressocialização dos detentos, defendem que, com o estímulo e as ações corretas, eles podem se tornar pessoas aptas ao convívio social, bem como trabalhadores disciplinados e dedicados. Assim, segundo Siqueira,:

Aqui nos temos oportunidade para todos que querem fazer, agora acontece que muitos estudam de manhã e trabalham à tarde, e não sobra tempo então eu acho que eles estão no caminho certo, pela 27 educação e também pela questão da redução a cada 12 horas estuda diminui um dia da pena e no trabalho a cada três dias também diminui um, então isso é muito importante, isso ajuda a ele a se disciplinar NE, eles ficam mais disciplinados. (informação verbal).

No entanto, estas impressões acerca do sistema prisional coaduna com a posição que eles ocuparam na PJPS. Falar abertamente dos problemas da unidade, ou das evidentes falhas do sistema carcerário, seria admitir falhas pessoais enquanto gestores. Logo, é esperado que os três entrevistados fossem porta-vozes de discursos acerca da PJPS que transmitissem a ideia de que ela é, de fato, uma unidade modelo, embora problemática no que diz respeito, principalmente, às suas condições materiais. A dizibilidades de seus discursos e seu estatuto de verdade só são possíveis pela posição de poder que eles ocuparam no sistema prisional.

Ainda sobre os gestores, podemos perceber que cada um deles atribui importâncias diferentes às ações do projeto de Ressocialização. Enquanto Azevedo afirma ter criado o projeto com o objetivo de dar humanidade aos detentos, Rocha encarava tais ações como uma forma de ocupar os mesmos e manter a ordem interna. Já Siqueira mostra sua intenção de disciplinar os reeducandos, apostando principalmente na educação e no trabalho.

Comparando-se as matérias dos jornais elencados com os depoimentos, notamos que a imprensa de Caruaru levava a crer que durante a gestão da Pastoral Carcerária, o cotidiano da PJPS ainda era marcado pelos mais comuns problemas do sistema carcerário, como fugas e mortes. Pelas páginas do Jornal Vanguarda, parece-nos que o cenário mudou durante a gestão de Cirlene Rocha, pois,

nesse período, esse periódico começou a veicular diversas matérias sobre a unidade exaltando a então diretora. Porém, pelos depoimentos de diversos outros atores sociais, observamos que isso pode ser questionado, como falaremos mais abaixo.

Em suma, o *Jornal Vanguarda* tendeu a creditar muitos fatos apenas à figura de Cirlene Rocha. Tanto antes como depois de sua gestão (2002-2013) o número de publicações sobre a PJPS neste semanário é bastante reduzido, além dos temas serem limitados, em quase sua totalidade, a eventos de cunho negativo. Isso nos leva à hipótese da existência de uma propaganda da PJPS nas páginas do referido jornal, o que foi confirmada em por um entrevistado que alegou a existência de contatos diretos da gestão com o *Jornal Vanguarda*.

Ainda, a partir da análise dos relatos do sucessor de Rocha, nos quais ele lembra que, quando assumiu a unidade, ela se encontrava com problemas de falta de higiene, homicídios e que a PJPS não possuía médicos nem enfermeiros, pode-se questionar se havia mesmo mérito por parte da então gestora que justificasse tamanha visibilidade nas páginas do semanário, que retratava um cotidiano institucional em que a própria superlotação ficava embaçada pela execução de ações tidas como inovadoras.

Em outro jornal pesquisado, de circulação estadual, houve uma denúncia de esquema fraudulento de liberação de presos (*Jornal do Comércio*, 11/11/2011), nos mostrando uma outra face da PJPS, que é o fato de que, mesmo com o alegado sucesso do Projeto de Ressocialização e dos esforços da diretora, a PJPS não esteve livre, na última década, de problemas comuns à realidade carcerária brasileira, para além da superlotação, como corrupção, fraudes, etc.

Já no que diz respeito à relação entre os reeducandos e a administração da PJPS, as falas dos três diretores nos levam a crer que eles tinham a totalidade da população carcerária sob controle, e que a relação sempre foi amistosa e respeitosa. Isto também é ressaltado nas falas das duas funcionárias da Escola Gregório Bezerra, que em diversos momentos ressaltam a tranquilidade do ambiente escolar. No entanto, algumas entrevistas, como a da ex-advogada da penitenciária e da assistente social, bem como algumas matérias do jornal *Extra*, desconstruem esta imagem. Por exemplo, a antiga diretora aparece, em alguns depoimentos, como uma figura autoritária o que, algumas vezes, de-

sagradava alguns presos e funcionários. A assistente social, em alguns momentos da sua fala, chegou a afirmar que a gestora até tinha boas ideias para a condução do presídio, mas defendeu que ela “ não soube lidar com o poder”, e, com isso, destratava com frequência presos, familiares e os próprios funcionários da unidade. Esses abusos de poder, violações de direitos e a existência de privilégios para um grupo de presos, levou a entrevistada a denunciar a PJPS às autoridades competentes.

Diante o exposto, observamos que a Penitenciária Juiz Plácido de Souza não se configura, para muitos dos que vivenciaram seu cotidiano, uma prisão modelo. Ela apresenta os mesmos problemas estruturais das demais unidades do sistema carcerário pernambucano, que é considerado o pior do país, segundo relatório da ONG Human Rights Watch (HRW), divulgado em meados de 2015. Esse relatório aponta que Pernambuco possui a maior superlotação do Brasil, bem como as piores condições de encarceramento.

A imagem de uma penitenciária modelo pode ser desconstruída através de fatos ocorridos em julho de 2016, quando eclodiu uma grande rebelião na PJPS (a primeira em 20 anos e uma das maiores do estado) que deixou um saldo oficial de 6 mortos (incluindo decapitações) e quase 20 feridos. Nesse momento, várias dificuldades da unidade vieram à tona (más condições físicas, problemas de gestão, conflito de gangues rivais, alto poder de grupos de presos, uso e tráfico de drogas e armas, violações de direitos, etc.) através dos presos, da imprensa, das redes sociais e dos familiares dos detentos, que, após a rebelião, passaram dias sem poder entrar na unidade e sem notícias de seus parentes encarcerados. Apenas advogados tinham acesso ao interior da prisão.

O que podemos apontar como considerações finais desta reflexão é que, na ordem do discurso, o que se vê presente em todos os emissores estudados, sejam os jornais, sejam os entrevistados, é a problemática da ressocialização. Uns afirmam crer na sua possibilidade, outros descreem a prisão por esta instituição inviabilizar qualquer possibilidade de preparação dos criminosos para a vida em sociedade. Conforme afirma Letícia Martins:

O sistema penitenciário é apresentado na conjuntura atual como principal instrumento para impedir o avanço da cri-

minalidade. A pena de prisão visa interromper o problema e, ainda, com a proposição de “ressocializar”, supondo que o desvio das normas instituídas está relacionado à falta de formação profissional, de trabalho e de disciplina. Apesar dessa proposição simbólica de que é possível “recuperar” os indivíduos por meio do trabalho, da educação e da disciplina, é questionável tanto a aplicação desse tripé na realidade carcerária quanto se o discurso de humanização da pena realmente é aplicado no cotidiano das Unidades Prisionais.

(...)

É consenso entre a opinião pública que a prisão, por si mesma, não ressocializa ninguém, mas, ainda assim, depositamos na prisão a solução para a criminalidade. Esse discurso tem grande destaque nos meios de comunicação, porém essa concepção simplista não atenta para as contradições da prisão, por exemplo: como é possível preparar uma pessoa para a liberdade isolando-a? (MARTINS: 2014, pp 61-62)

A prisão não concorre para eliminar ou nem ao menos diminuir a criminalidade, mas, pelo contrário, a reproduz e aumenta, pois segrega os indivíduos e os força a uma convivência suscetível a todo tipo violência e violação de direitos. No entanto, alguns discursos e representações aqui analisados, parecem relegar para segundo plano esta problemática, ao tentar disseminar a ideia de que a PJPS constitui-se em uma penitenciária cujo exemplo deveria ser seguido. Como foi dito acima, enquanto o jornal Extra parece mais se aproximar do senso comum no que tange a esta temática, o Vanguarda retratou uma prisão onde quase não havia problemas. Pensando que, como afirmamos acima, existe um interesse por trás da transformação do fato em notícia, uma das entrevistadas afirmou que havia ligação pessoal entre a antiga gestora frequentemente noticiada e a família proprietária do periódico em questão, o que propiciou a visibilidade que a PJPS ganhou nas páginas deste jornal.

Em suma, mesmo em se tratando de um tema sobre o qual a opinião pública parece ter uma imagem já pronta, que, no caso das prisões, é a imagem de uma instituição ineficiente – e não é do escopo deste trabalho fomentar esse debate específico – a produção de discursos dependerá, sempre, da posição e dos interesses do emissor, produtor e indutor dos enunciados que se pretende

transformar em verdades. (FOUCAULT, 1999). A ideia de uma unidade modelo só começou a ser desfeita após a rebelião mencionada mais acima, mas, mesmo após estes acontecimentos, algumas entrevistas já realizadas, bem como levantamento de matérias jornalísticas lidas após este evento, nos revelam que, em Caruaru, ainda persiste a representação da PJPS como uma penitenciária diferente das demais unidades do estado, o que será estudado durante a continuidade desta pesquisa.

A imersão nas pesquisas sobre esta unidade prisional que, possui todos os problemas dos sistemas carcerários estadual e nacional, percebemos que não bastam apenas iniciativas isoladas de gestores se: 1. o Estado não investe na estruturação das prisões e em políticas efetivas de ressocialização e acompanhamento dos egressos; 2. a sociedade não acolhe este egresso, que carrega pelo resto da vida o estigma de ex-presidiário; 3. se parte da imprensa não deixar de incutir na população a ideia de que as prisões são apenas o cenário do caos e que todo criminoso é irrecuperável; 4. se não se admite que o crime, além de uma escolha pessoal, é, acima de tudo, um problema sociológico e tem raízes mais profundas do que a trajetória individual do criminoso (ZALUAR, 1999). Dessa maneira, a Plácido de Souza e todas as demais unidades prisionais brasileiras acabam possuindo uma única função, a de ser um local para onde devem ser mandados os indivíduos que a sociedade deseja excluir de seu convívio, anulando as existências destes sujeitos, durante e após a sua passagem pelo cárcere.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla (org). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2013.

_____. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

ALBUQUERQUE NETO, Flávio de Sá C.; MAIA, Clarissa Nunes, BRETAS, Marcos Luis; COSTA, Marcos Paulo Pedrosa. (orgs). *História das prisões no Brasil*. 2 vols. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

ALBUQUERQUE NETO, Flávio de Sá C.; NASCIMENTO, José Lyndemberg do. História das Prisões a partir da imprensa: o caso da Penitenciária Juiz Plácido de Souza (Caruaru-PE). In: *Revista HETEC: História, Educação e Tecnologias*. Vol 3, n. 4, 2014. Disponível em <https://hetec.wordpress.com/anteriores-2/artigos/289-2/>. Acesso em 10/02/2015

ALBUQUERQUE NETO, Flavio de Sá C. NASCIMENTO, José Lyndemberg do. MORAIS SOBRINHO, Andre Luiz Medeiros; SILVA JUNIOR, Antonio Faustino Andrade; SILVA, Sérgio Gabriel Lemos; SILVA. Aspectos do cotidiano da Penitenciária Juiz Plácido de Souza (Caruaru-PE): garantia do direito dos presos e promoção da ressocialização. In: *Revista CIENTEC*. Vol 06, n1. Recife: IFPE, 2014, pp 24- 33.

ALMEIDA, Leticia Núñez de. A experiência da Penitenciária Juiz Plácido de Souza. Um ponto cego na cultura do controle do crime. In LOURENÇO, Luiz Cláudio, GOMES, Geder Luiz Rocha (orgs). *Prisões e punições no Brasil contemporâneo*. Salvador: EDUFBA, 2013.

ASSIS, Rafael Damaceno. A realidade atual do sistema penitenciário brasileiro. IN. *Revista CEJ*. Brasília, n. 39, pp 74-78, 2007. Disponível em: . Acesso em: 23 de setembro de 2015.

BARROS, Ana Maria de. Fé, Política e Prisão. Pastoral Carcerária e Administração Prisional- Um Estudo na Penitenciária Juiz Plácido de Souza em Caruaru – PE. Tese de doutorado. Recife, CFCH/UFPE, 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. In: *Revista Topoi*. Rio de Janeiro, UFF, dezembro 2002, pp. 314-332. Disponível em http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi05/topoi5a13.pdf. Acesso em 01/02/2015.

FOUCAULT, Michael. *A ordem do discurso*. 5ª. edição. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. 7ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2005.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. IN PINSKY,- Carla Bassanezi (org). *Fontes históricas*. 3a. edição. São Paulo: Contexto, 2011, pp.111-153.

LOPES, Vania Vieira. *Memória, história e história oral*. In: Revista HETEC: História, Educação e Tecnologias. Vol 1, n. 2, 2012. Disponível em: <https://hetec.wordpress.com/anteriores-2/artigos/219-2/> Acesso em 20/01/2015

MARTINS, Letícia Gonçalves. *Entre o discurso legal e a realidade: o caso do sistema penitenciário paranaense*. Dissertação de Mestrado, Maringá, UEM, 2014.

ZALUAR, Alba. Crime e Violência. in Sergio Micelli, (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Anpocs, 1999.